



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----ATA-----

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito. -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito;-----

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; -----

-----3.- Período de antes da ordem do dia; -----

-----4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: -----

-----4.1.- Deliberar sobre a adesão do Município de Vila Verde à Associação Nacional de Assembleias Municipais, designada de ANAM, enquanto Associação de Direito Privado, mediante o pagamento da quota de 1.250.00€ (mil duzentos e cinquenta euros), bem como de acordo com o estipulado no artigo 33.º, n.º 1, da alínea O) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designar como representante do Município na ANAM, atendendo aos estatutos ora em vigor, desta Associação de Direito Privado de Municípios, o Presidente da Assembleia Municipal;-----

-----4.2.- Deliberar sobre proposta da Câmara cujo conteúdo se refere à nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas;-----

-----4.3.- Discutir e votar proposta da Câmara relacionada com a alteração do Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Igreja Matriz de Vila Verde;-----

-----4.4. – Discutir e votar a terceira revisão ao Orçamento 2018;-----

-----5.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira. -----

-----6.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; -----

-----7.- Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Estiveram presentes na reunião sessenta e três membros. -----

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares e José Costa, respetivamente Primeira e Segundo Secretários, também estiveram presentes. -----

-----Face ao pedido de ausência por um período inferior a trinta dias, formulado pelos cidadãos eleitos Mário Manuel Marques Nogueira, André Manuel Godinho Carvalho, António Ruães Pereira e Aires Francisco de Macedo Fumega, foram empossados em substituição dos mesmos, respetivamente, os cidadãos Cristina Carneiro Costa, Júlio Zamith Soares Rosas, João Pedro Araújo da Silva e Fernando José Dantas da Silva.-----

-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar a falta do Presidente da Junta de Freguesia de Valdreu à sessão ordinária deste órgão deliberativo de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito. Foram igualmente relevadas as seguintes faltas à sessão ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito: Presidente da Junta de Freguesia de Oleiros, Carla Leitão, que se fez representar pela Secretária da mesma autarquia, Rosa Cidália Sousa; Presidente da Junta de Freguesia de Moure, José Manuel Pinheiro Lopes, que se fez representar pelo Primeiro Vogal do mesmo órgão autárquico, Bruno Domingues Rodrigues. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----No primeiro ponto, a ata da sessão ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito foi aprovada por maioria, com sessenta e um votos a favor, zero votos contra e duas abstenções.-----

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, O Presidente da Mesa esclareceu que tinha rececionado um ofício do STAL relativo à exigência de igualdade de tratamento para os trabalhadores da Braval; uma missiva do Ministério da Administração Interna sobre a Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais, esclarecendo que a adesão dos municípios às novas competências só se poderia efetivar após a publicação dos diplomas setoriais respetivos e que, em respeito pelo princípio de gradualismo estabelecido na Lei, os municípios iam ter até dois mil e vinte e um para se prepararem para assumir as novas competências; uma carta endereçada pela cidadã Rosa Macedo a dar conhecimento de carta que dirigira ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde e a solicitar a intervenção desta Assembleia Municipal, a fim de garantir que a Câmara Municipal tomasse as providências adequadas à salvaguarda do património público em questão e fizesse prevalecer o interesse público dos cidadãos da freguesia da Lage sobre os interesses particulares do Sr. António Monteiro que, numa clara violação da Lei, havia feito obras em caminho causando graves prejuízos à autarquia; resposta à pergunta formulada pelo Grupo Parlamentar do PCP ao Ministério do Planeamento e Infraestruturas sobre o início da intervenção na EN 101, na qual se referia que o estudo sobre a requalificação desta via estava em fase de revisão pela Infraestruturas de Portugal, estando previsto um investimento de cinco milhões de euros e, entretanto, por iniciativa da Infraestruturas de Portugal (IP), havia sido destacado deste estudo o projeto de execução da rotunda da Loureira, tendo em vista o lançamento antecipado de uma empreitada individualizada, com vista a contribuir para o reordenamento do tráfego rodoviário e pedonal na zona envolvente, sendo que a Câmara Municipal tinha submetido à aprovação da IP dois projetos de execução de passeios na EN 101 a lançar a concurso por esta Edilidade; resposta a pergunta do Grupo Parlamentar do PCP ao Ministério da Saúde acerca das obras de requalificação da extensão de saúde de Portela do Vade, revelando que haviam sido avaliadas, pelos técnicos da ARS Norte e do Município de Vila Verde, duas alternativas de deslocalização dos serviços em questão – Casa do Povo da Portela do Vade ou UCSP Terra Verde, na Vila de Pico de Regalados -, mas, por falta de condições destas mesmas instalações, os utentes, nos seis meses de duração prevista da obra, iam ser transportados para o Centro de Saúde de Vila Verde em cinco transportes diários assegurados pelo Município de Vila Verde, sendo que a empreitada ia incidir na requalificação do Centro de Saúde e área envolvente; Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, versando a necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na escola pública; propostas de âmbito nacional ao Orçamento Participativo de Portugal enviado por “Descobrir Portugal”; publicação número seis da Revista das Assembleias Municipais. -----

-----No terceiro ponto - período de antes da ordem do dia -, Paulo Gomes, do CDS-PP, apresentou uma recomendação no sentido da transmissão das sessões da Assembleia Municipal *online*, tendo sustentado que a aproximação de eleitos a eleitores, a maior participação destes nos atos eleitorais e o chamamento de jovens para a causa pública sempre haviam sido e continuavam a ser desígnios deste órgão, o que só era possível



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

com transparência relativamente ao que se passava em cada órgão. Assim, a transmissão em direto e na íntegra das sessões desta Assembleia seria um passo de gigante em ordem à transparência e à credibilização da mesma, não se podendo reclamar fibra ótica para a transmissão de dados e depois não a aproveitar em benefício deste desígnio. Era consabida a apetência das várias faixas etárias para as novas tecnologias e era possível levar, em tempo real, a cada munícipe, os trabalhos do Plenário, impondo-se olhar para o exemplo de concelhos vizinhos e outros que já utilizavam esta prática com sucesso. Recomendou, pois, que o Presidente da Mesa analisasse os aspetos legais e operacionais desta possibilidade, levando, eventualmente, a questão à Comissão Permanente ou mesmo à criação de uma comissão específica para este efeito. Mais considerou que este era um bom momento para recolher, desde já, um primeiro sinal de concordância das bancadas, abrindo, excecionalmente, a possibilidade de se pronunciarem sobre esta matéria. -----

-----O Presidente da Mesa asseverou que a questão suscitada por Paulo Gomes ia ser colocada à consideração e avaliação na próxima reunião da Comissão Permanente desta Assembleia Municipal. Uma vez que estava em causa a alteração do regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa esclareceu que não ia colocar, nesta sessão, o assunto à apreciação do Plenário. -----

-----Cláudia Pereira, do CDS-PP, interveio para propor um voto de louvor à organização do Campeonato do Mundo de Maratona em Canoagem realizado na Vila de Prado. Felicitou, neste âmbito, a Câmara Municipal de Vila Verde, o Clube Náutico de Prado, a Junta de Freguesia da Vila de Prado e a Federação Portuguesa de Canoagem e congratulou a Proteção Civil Municipal, a Guarda Nacional Republicana e outras instituições pelos contributos, esforços e profissionalismo patenteados e pelo sucesso que a todos os Vilaverdenses honrava e orgulhava. Mais agradeceu a todos os colaboradores que haviam estado, direta ou indiretamente, envolvidos na organização deste grande evento e sublinhou que o concelho estava de parabéns. Era unânime que a praia fluvial do Faial tinha as melhores características para a prática desta modalidade desportiva, sendo de ponderar a possibilidade de rentabilizar ainda mais este potencial, definindo prioridades sérias para o futuro, aproveitando também o turismo ao máximo, em consonância com o desporto. Aventou ainda a possibilidade de criação de um centro de alto rendimento, na Vila de Prado, e a definição de uma estratégia turística abrangente, deixando ao Executivo Municipal um repto neste sentido. -----

-----Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade.-----

-----Carlos Araújo, do PS, considerou que, neste concelho, nas obras públicas e privadas em que tinham lugar intervenções nas estradas, a repavimentação à posteriori era tardia e de baixa qualidade, mesmo quando a mesma se revelava definitiva, pelo que suscitava uma análise de supervisão. Os pisos eram, recorrentemente, deixados com diferenças de altura em relação ao piso original, colocando em causa a segurança dos utilizadores e o bom estado dos veículos. Mais gravosas ainda eram as instalações das empresas privadas. As exigências para com estas e no tocante à qualidade do pavimento repostado deviam ser permanentes e, se o remendo não ficava bem, as mesmas teriam que repavimentar o piso na íntegra. Casos conhecia em que estradas relativamente recentes e em muito bom estado de circulação haviam ficado em péssimo estado depois de terem tido lugar intervenções de empresas como a de gás ou outras. As estradas que ligavam a Lage a Vila Verde e a Lage a Oleiros era exemplos desta situação. Esta circunstância



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

resultava da falta de planeamento, impondo-se que, antes de uma intervenção, todas as infraestruturas subterrâneas ficassem colocadas. Assim, apelou ao Presidente da Câmara para que, em situações em que ia decorrer intervenção nas estradas, as empresas fossem chamadas a colocar as suas infraestruturas em simultâneo e, caso não o aceitassem, também o Município não aceitaria intervenções num período de tempo alargado, para, assim, os pavimentos não serem estragados. A alternativa seria a exigência de uma repavimentação integral das estradas intervencionadas. Mais solicitou ao Presidente da Câmara explicações relativamente ao que havia sucedido na Lage em junho e julho do ano transato: um particular, aparentemente sem autorização, tinha cortado um caminho municipal, rasgando uma extensão superior a quinhentos metros para instalar um tubo no subsolo, durante uma sexta-feira e um sábado. O mesmo orador perguntou onde estava a autoridade da Câmara nestas circunstâncias. Havia sido feitas promessas de rápida reposição, mas já tinham passado três meses, sendo que o mesmo particular, duas semanas volvidas, havia rasgado mais duzentos metros sem qualquer problema. A Junta de Freguesia, em sede de Assembleia de Freguesia, havia avançado que, naquela sexta-feira à tarde, tudo tinha feito para aferir da legalidade da obra em causa, solicitando, em vão, a intervenção dos serviços de fiscalização daquela Edilidade, com o argumento de que não existiam colaboradores do departamento de fiscalização. Perguntou se, à sexta-feira à tarde não havia um contacto móvel à disposição dos presidentes de Junta para utilizar em situações graves. Havia tentado abordar o Presidente da Câmara e também não o conseguira fazer. Quis saber como se justificava esta falha e como havia sido possível que o privado destruísse o património público e ainda fosse reincidente, assim como para quando estava prevista a repavimentação total deste caminho de forma a que o mesmo ficasse transitável. Mais de um ano depois de iniciada, a obra da avenida da Igreja ainda não estava terminada e, quando, em abril, a Assembleia de Freguesia havia votado uma moção apresentada pela bancada do PS, aprovando-a por unanimidade, enviada ao Executivo Municipal e a esta Assembleia Municipal a exigir a conclusão da obra ou, no mínimo, uma repavimentação provisória, face ao mau estado do piso e ao que aquela via representava por ali se encontrar o centro Social, a explicação técnica concedida tinha sido no sentido da impossibilidade de colocar o pavimento antes da colocação dos paralelos nos passeios. Porém, esta semana e sem que estes requisitos técnicos tivessem sido realizados, o piso havia sido colocado. O mesmo orador quis saber a razão da demora de seis meses se esta intervenção podia ter sido feita no início deste mesmo hiato temporal, importando agora que a obra não ficasse esquecida, porquanto os passeios estavam em terra e o Inverno estava para chegar. -----
-----Samuel Estrada, do PS, considerou que a má qualidade do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos tinha suscitado críticas e indignação da população, situação que se agudizara este Verão e fizera subir de tom a contestação nas redes sociais e na comunicação social. Nos termos do contrato, a entidade adjudicatária estava obrigada à aplicação de setenta e cinco contentores subterrâneos. Na última sessão, o PS havia perguntado se todos esses contentores tinham sido aplicados e quando. Em caso negativo, quis saber qual a sanção aplicada à mesma entidade. Também questionaram a circunstância das instalações da Ecorede não estarem licenciadas para o efeito, facto que, em resposta escrita, o Presidente da Câmara confirmara, aduzindo que havia sido instaurado um processo contraordenacional nesse sentido. Volvidos mais de seis meses, Samuel Estrada manifestou o desejo de saber em que estado se encontrava este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

processo. Moradores próximos do espaço em questão tinham dado conta, ao Município, de uma série de atentados ambientais provocados no mesmo espaço, situação que o Presidente da Câmara, em resposta escrita, asseverara que tinha motivado processo contraordenacional e, bem assim, que o vereador do Pelouro considerava que a edilidade ainda não possuía capacidade para aferir da existência, ou não, de foco de poluição e que iam ser requisitados meios técnicos para o efeito. O mesmo orador questionou o Edil sobre o ponto da situação destes processos e o que havia sido feito pela Câmara Municipal em matéria de fiscalização, para acautelar o cumprimento e os interesses do Município. À luz do contrato, aquela entidade estava obrigada a gastar uma verba de catorze mil euros para campanhas de publicidade e de sensibilização, junto das escolas e das freguesias, mas Samuel Estrada não constataria que as mesmas tivessem sido levadas a cabo, o que o levava a perguntar se, efetivamente, as mesmas não haviam sido realizadas. O contrato previa ainda que a Câmara, em caso de necessidade, indicasse o reforço de serviços e de meios e Samuel Estrada quis saber se o mesmo reforço, no Verão, altura em que o lixo se amontoava, havia sido solicitado. Face à publicidade existente nos contentores subterrâneos, apenas estava autorizada a deposição de lixo orgânico, razão pela qual também perguntou se se tratava de erro no conteúdo publicitário ou se não estava a ser cumprido o contrato. Perante os indícios de violação do contrato, perguntava o que tinha o Município feito a este nível. -----

-----Martinho Gonçalves, do PS, aludindo à congratulação com o êxito do Campeonato do Mundo de Maratona de Canoagem apresentada pelo CDS-PP, referiu que este reconhecimento seria consensual a todas as bancadas, mas reparou que a parte final da intervenção da bancada do CDS-PP, com a referência à existência de uma estratégia integrada de aposta no turismo, impedia que a mesma configurasse uma moção e advogou que as moções deviam restringir-se ao respetivo facto apenas e deviam ser enviadas às pessoas ou organismos aos quais se dirigiam. Assim, sugeriu, que esta moção e o voto de pesar para os ex-Presidentes de Junta que haviam falecido esta semana, em Arcozelo, fossem expressas, no Plenário, como vontade e a Mesa, com o auxílio dos grupos parlamentares, redigisse o texto e diligenciasse no sentido de que fossem votadas e as fizesse chegar ao Clube Náutico e às famílias, respetivamente. -----

-----O Presidente da Mesa esclareceu que havia classificado a intervenção do CDS-PP em apreço como um voto de louvor e que a mesma tinha sido aprovada nesses mesmos termos. Quanto ao voto de pesar pelo falecimento de ex-presidentes da Junta de Freguesia, solicitou a intervenção de Filipe Lopes, do PSD. -----

-----Filipe Lopes apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo entre mil novecentos e setenta e seis e mil novecentos e oitenta e cinco, e de Manuel Avelino da Silva, também Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo, entre mil novecentos e oitenta e cinco e dois mil e nove. Reconhecendo que haviam dedicado grande parte da sua vida à causa pública e contribuído de forma crucial para o desenvolvimento do concelho de Vila Verde, o Grupo Municipal do PSD propunha que a Assembleia Municipal deliberasse manifestar o seu profundo pesar, através de um minuto de silêncio, em sua memória e homenagem, e apresentar às suas famílias as mais sentidas condolências. -----

-----Seguiu-se um minuto de silêncio pelo falecimento dos dois ex-autarcas de Arcozelo. Este voto de pesar, de iniciativa do PSD e já antes expresso pelo PS, através da intervenção de Martinho Gonçalves, foi aprovado por unanimidade. O Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Mesa aduziu que iam ser apresentadas às respetivas famílias as mais sentidas condolências. -----

-----Luís Sousa, do PSD, presentou uma proposta de voto de louvor relativo à realização do Campeonato do Mundo de Maratona, em canoagem, na Vila de Prado. O orador começou por fazer algumas citações de frases elogiosas proferidas por entidades nacionais e internacionais com responsabilidade no mundo da canoagem e considerou que não tinha sido por acaso que o Comité Técnico da Federação Internacional de Canoagem havia classificado o Campeonato do Mundo de Maratona em Canoagem realizado na Vila de Prado como o melhor de sempre, tendo, inclusive, aprovado, por unanimidade, um voto de louvor à organização da prova. Tinha sido considerado um dos campeonatos mais mediáticos e com a melhor transmissão televisiva de sempre e contado com a segunda maior participação, até hoje, em número de equipas e atletas. A Vila de Prado e o concelho de Vila Verde tinham-se tornado no primeiro e único local do mundo onde haviam sido disputadas, com sucesso, as três provas do calendário internacional da modalidade: o Campeonato Europeu, a Taça do Mundo e o Campeonato do Mundo. O concelho demonstrara a sua capacidade para organizar eventos, revelara que sabia receber visitantes que haviam esgotado toda a sua capacidade hoteleira e uma parte muito significativa da restauração, ao mesmo tempo que não tinha perdido a oportunidade de dar a conhecer ao país e ao mundo os seus valores culturais e históricos, aproveitando a projeção mediática da competição para promover uma marca distintiva da sua identidade: os Lenços de Namorados. Só podia existir um sentimento dominante: o orgulho na organização, na Vila de Prado, no concelho de Vila Verde e nas suas gentes. Assim, a bancado do PSD propunha à Assembleia Municipal de Vila Verde a aprovação de um voto de louvor dirigido ao Clube Náutico de Prado, à Federação Portuguesa de Canoagem e à Câmara Municipal de Vila Verde pela excelência da organização de um evento que havia colocado a Vila de Prado no primeiro plano dos circuitos internacionais de canoagem. -----

-----Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado, Albano Bastos, interveio para aludir à questão das tílias do Largo Comendador Sousa Lima, nessa mesma Vila, tendo começado por referir que este assunto, durante alguns dias, havia estado na ordem do dia de alguns políticos e aspirantes a políticos. A questão tinha atingido o seu auge em agosto, com o corte de cinco tílias naquele largo, altura em que o *facebook* havia sido inundado de comentadores no seguimento de uma publicação de um Vereador do Município de Vila Verde, referindo que nada do que ali viesse a ser construído justificava aquele crime ambiental perpetrado pelo corte de árvores de grande porte com dezenas de anos que conferiam ao local um ambiente único. O Edil questionou se cortar árvores pequenas e novas seria crime, porquanto havia abatido um choupo que, no seu campo, fazia sombra ao milho, e perguntou se era passível de ser censurado por alguém que nem o conhecia e também desconhecia o motivo do abate. Esta censura pública e este desesperado apelo do autor à partilha de uma afirmação incendiária tinha sido feito sem uma prévia consulta à autoridade local, a Junta de Freguesia, que existia, que funcionava e cujo Presidente estava disponível para esclarecer. O mesmo Vereador tão-pouco tinha feito uma consulta aos seus pares do Executivo Municipal e desconhecia que as tílias tinham dono e se encontravam em terreno privado e sem falar com habitantes mais antigos ou nados na Vila de Prado com mais de setenta anos de idade e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

bem assim, porque tinha maus informadores naquela Vila, tendo-lhe mesmo enviado fotos que atestavam o estado de podridão das árvores. Esta tentativa de incendiar a população contra as autoridades locais e municipais tinha um nome que era caro ao PS de Vila Verde: terrorismo político. Naquele momento se tinha visto que o apelo à indignação não passava de uma tentativa estapafúrdia de aproveitamento político, mas convertera-se numa rajada no pé. Face aos comentários carneiristas e desnorteados de alguns facebookianos, a Junta de Freguesia, depois de falar com a família proprietária, havia emitido um esclarecimento sobre o assunto e tinha ficado satisfeita com a expressão da compreensão de muitos Pradenses pela situação. Para aqueles que tinham duvidado e ofendido a idoneidade da família Sousa Lima e a Junta de Freguesia, o Edil exibiu a caderneta predial do prédio rústico em causa. Para aqueles que, pateticamente, haviam justificado o apelo à partilha do texto do Vereador responsável pela dita publicação no *facebook*, apresentou e disponibilizou a planta que se reportava à proposta do Arquiteto responsável pela remodelação do Largo Sousa Lima, já entregue há vários meses ao Município para uma primeira apreciação, sendo que nela se observavam as iniciais seis árvores e até a plantação de uma sétima nesse espaço e o solo seria apenas para jardinar, tudo sem construções, nem abates, nem negócios escuros. O Autarca da Vila de Prado perguntou se não tinham assunto para debate político e se era só na base de achincalhar as pessoas. Mais exclamou como era possível que eles estavam sempre a invocar o concelho de Prado, a pontapear Vila Verde, a clamar pela querida Vila de Prado e fossem espetar com este assunto ao Vereador que nem era da Vila de Prado, que não tinha expressão eleitoral significativa nesta Vila e nem sequer a nível concelhio. Como era possível que pessoas que nem sabiam distinguir uma pereira de uma macieira se arvorassem conhecedoras em árvores. Até precisavam de um atestado de um engenheiro para saber se uma árvore estava ou não podre e chamavam assassinos a outrem como quem arrotava, pensando que estavam impunes, mas não estavam. A dignidade e a idoneidade de cada um tinham valor. O Presidente da Junta de Freguesia concluiu apelando a que não repetissem a gracinha para não terem chatices. -----

-----O Vereador José Morais, do PS, autorizado pelo Presidente da Mesa a intervir em defesa da honra, referiu que o Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado tinha vindo ler um texto encomendado e em tom de ameaça, circunstância que levava o Edil socialista a ripostar que não temia essa nem quaisquer outras ameaças e que jamais se coibiria de emitir a sua opinião sobre qualquer assunto sempre que achasse que era oportuno, sendo que o Edil da Vila de Prado não tinha o direito de vir castrar a liberdade das pessoas só porque não gostara daquilo que o citado Vereador do PS tinha escrito. ---

-----Alberto Rodrigues, do PSD, interveio para se referir às obras da ciclovia urbana de Vila Verde, cujas conceção, planificação e edificação tinham sido insistentemente discutidas. Relativamente às críticas que eram já proferidas, sublinhou que a obra ainda estava a decorrer e que, segundo os técnicos, a construção em causa era também uma oportunidade para melhorar as acessibilidades às pessoas com mobilidade reduzida. Quem não via ou não queria ver além do que os seus olhos alcançavam não conseguia imaginar passadeiras niveladas à altura das ciclovias, proteções laterais junto dos estacionamento, ligações entre troços de ciclovia e a ligação à futura ecovia e à zona de lazer da Adega Cooperativa. Lamentou que pessoas com responsabilidades sociais, sem questionarem os técnicos responsáveis sobre o que estava projetado, viessem, uns nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

redes sociais e outros nos jornais, acender o fogo-fátuo da falta de critério técnico e da irracional projetista e acenar com soluções que, por certo, os engenheiros e arquitetos já haviam equacionado. Relativamente aos alertas para os perigos e para os erros que depois seriam impossíveis de corrigir, os mesmos far-se-iam com toda a simplicidade junto de quem fiscalizava e de quem havia concebido e executado a obra, em vez de criar alarme público. No que lhe concernia, já havia alertado e não fora necessário utilizar o jornal nem as redes sociais para os possíveis problemas existentes, esperando que as soluções estivessem pensadas. A não ser que não se confiasse no conhecimento técnico dos Vilaverdenses, daqueles que haviam arquitetado o projeto nem naqueles que eram responsáveis pela fiscalização. O mesmo orador afiançou que confiava na capacidade fiscalizadora dos arquitetos e engenheiros da Câmara Municipal de Vila Verde e referiu que lhe tinham garantido que as condições de circulação e estacionamento iam ser acauteladas e as melhorias no atravessamento das vias por pessoas de mobilidade condicionada ou reduzida eram um objetivo prioritário. Aquele era um projeto de mobilidade sustentável que aliava a vontade de criar nos Vilaverdenses hábitos de vida saudável, o desenvolvimento de uma circulação sustentável e a entrega das ruas, praças e avenidas da sua terra aos Vilaverdenses, numa oportunidade de financiamento que se dirigia apenas para este tipo de via. Ia ser mais um instrumento de revitalização da Vila, estimulando o convívio entre os Vilaverdenses, aumentando a mobilidade urbana, permitindo um *upgrade* na qualidade do exercício praticado e hábitos de saúde sustentáveis e, de forma indireta, revitalizando o comércio, designadamente, a área da restauração e bebidas. Em relação àqueles que afirmavam que preferiam uma ecovia, António Rodrigues conveyo que queria as duas e que iam ter as duas. Para alguns, poucos, era melhor que não houvesse, mas havia obra e muitas e importantes obras para melhorar a vida dos Vilaverdenses. Aproveitando o tema e para que não dissessem que a bancada do PSD só trazia temas cómodos ou dizia sempre amém, alertou a Câmara Municipal para o problema do trânsito e para a segurança dos transeuntes e dos comerciantes que constituía a localização atual do mercadinho provisório de legumes e frutas, sendo que a mesma provocava, pela falta de soluções de estacionamento no local, estacionamento no passeio e problemas de trânsito que importava eliminar. O mesmo orador sugeriu que, após a Festa das Colheitas, o referido mercadinho passasse para o Largo da Feira. -----

-----Susana Silva, do PSD, manifestou a abertura total da sua bancada para discutir a recomendação do CDS-PP, até em coerência com a vontade sempre revelada de contribuir e colaborar em tudo o que contribuísse para o melhor esclarecimento e informação dos Vilaverdenses. Mais garantiu que o PSD nunca havia encomendado textos a ninguém e que todos os autarcas e membros da bancada social-democrata tinham e sempre haviam tido liberdade para, dentro daquilo que era o respeito pela diferença política, trazer ao Plenário os assuntos que quisessem, razão pela qual não aceitava que o comentário do vereador do PS se dirigisse ao PSD. As diferenças entre o PSD e o PS eram óbvias e esse facto era motivo de agrado para si. Aludiu também ao relatório do Conselho de Finanças Públicas referente à execução orçamental da administração local, no primeiro semestre de dois mil e dezoito. Frisou que este órgão tinha sido criado para realizar uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a sua transparência, de modo a contribuir para a qualidade da democracia e das decisões da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

política económica, para o reforço da credibilidade financeira do Estado. De acordo com este documento, a despesa a pagar pelos municípios tinha apresentado uma melhoria global face ao mesmo período do ano anterior, sendo que Vila Verde surgia como um dos municípios que haviam concorrido para esta análise positiva, constando nos concelhos sem pagamentos em atraso a fornecedores. Ao longo dos anos, o prazo médio de pagamento a fornecedores tinha vindo a diminuir de forma acentuada: em dezembro de dois mil e dezasseis situava-se nos vinte e três dias, no mesmo mês do ano seguinte cifrava-se nos dezoito dias e, em junho de dois mil e dezoito, em dezasseis dias. Repetidas vezes, o PSD afirmara que Vila Verde era um concelho com contas equilibradas e uma situação financeira estável e esta afirmação estava agora traduzida no relatório em apreço, apresentando uma maior capacidade de endividamento, fruto do bom trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal de Vila Verde. Um tão relevante aspeto positivo deste concelho não podia passar despercebido e o Presidente da Câmara recebia, assim, os parabéns da bancada social democrata pelo trabalho realizado ao longo deste ano. Enquanto outros se centravam na parte aborrecida das obras, o PSD ficava muito contente em saber que havia obras e que as mesmas contribuía para o desenvolvimento do concelho. Susana Silva debruçou-se ainda sobre a questão dos resíduos sólidos urbanos, questão que vinha sendo propalada de forma superficial na comunicação social e nas redes sociais e que a levou a questionar o que é que cada um estava a fazer para diminuir a quantidade de resíduos produzidos, sendo que esta redução e o aumento da reciclagem eram prioritárias nos países desenvolvidos. Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal qual era a capacidade de recolha no concelho, quais os principais problemas detetados, qual a capacidade de reciclagem e se a maior parte dos resíduos produzidos eram indiferenciados ou se eram passíveis de serem reciclados. Considerou que se estava mais perante uma questão de cidadania e que muito tinha sido feito pela Câmara Municipal e pelas escolas no âmbito da sensibilização ambiental. Em face da gravidade do problema, as pessoas não podiam limitar-se a atirar com a responsabilidade para a Câmara Municipal, devendo antes enveredar por uma participação mais ativa e responsável nesta matéria. Mais questionou o Edil sobre os circuitos e se os mesmos tinham vindo a sofrer alterações ao longo do tempo. Parecia que tudo o que acontecia, mesmo a simples avaria de um camião do lixo ou a doença de um funcionário, era da responsabilidade da Câmara Municipal. -----
-----O Presidente da Câmara Municipal considerou que havia duas formas de ver as questões suscitadas, sendo que, enquanto uns olhavam para um copo com metade de água como estando meio cheio e outros meio vazio, isto é, uns eram otimistas e outros pessimistas. Relativamente às questões formuladas por Carlos Araújo, atinentes a situações de reposição de pisos, o mesmo Edil sustentou que esta era uma forma de ver o copo meio vazio, porquanto, para não haver alguma degradação das estradas, o concelho não teria gás natural, uma grande mais-valia para Vila Verde, nem potência elétrica necessária para a instalação de indústrias ou condutas de água e rede de saneamento alargadas a um maior número de habitações. Ademais, não era possível coordenar todas estas obras, pois cada empresa tinha os seus *timings* próprios, embora houvesse esforços no sentido de obviar a estas situações. Estavam agora a ser instaladas redes de saneamento e a EDP Gás havia sido contactado em ordem a que pudessem também proceder à instalação de condutas de gás, mas esta empresa não tinha anuído porque não tinha calendarizada nem orçamentada a instalação requerida pelo Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Ainda assim, em alguns sítios, como em Soutelo, havia sido possível conseguir este desiderato. Por outro lado, não era possível colocar condutas de gás sobre condutas de saneamento. O Presidente da Câmara reiterou que, depois de instaladas as infraestruturas de serviços essenciais para Vila Verde, ia ter lugar a fase de concretização do plano de requalificação da rede viária concelhia, revelou que as empresas que estavam a instalar a rede de saneamento realizavam um trabalho de grande qualidade e afirmou que estavam a ser feitos todos os esforços para que a reposição dos pisos tivesse lugar o mais rapidamente possível, embora fosse consabido que esses trabalhos não poderiam decorrer logo a seguir à instalação das infraestruturas. Relativamente à avenida da Lage, O Edil referiu que esperava que Carlos Araújo interviesse para elogiar a obra em curso, dado que a mesma ia ficar com elevada qualidade, muito digna e à altura do merecimento dos habitantes daquela freguesia. Admitiu que a obra tinha acabado por demorar mais do que estava previsto, mas lembrou também que as condições dos concursos, prevalecendo o preço mais baixo, e a prevalência do princípio da transparência, acabavam por ditar situações deste jaez. Em todo o caso, a obra caminhava para a sua fase final e ia orgulhar a população da Lage. Sobre a qualidade do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, o Presidente da Câmara começou por convir que esta situação a todas as pessoas devia preocupar e considerou ainda havia pessoas que não sabiam o que fazer com os resíduos que produziam, apesar do investimento que tinha vindo a ser feito pelo Município em campanhas e projetos de sensibilização, mormente em contexto escolar, por exemplo, com o projeto Escola + Verde, desenvolvido em parceria com a empresa a quem o serviço de recolha de lixo estava concessionado. Este projeto já havia sido várias vezes premiado e noticiado em resultado das múltiplas ações levadas a cabo ao longo do ano, sendo que todas as escolas tinham uma bandeira relativa a este envolvimento neste projeto de cariz ambiental, logo, o Deputado Samuel Estrada, para não ter conhecimento desta realidade, só podia andar distraído. Lembrou que o mesmo Deputado já tinha resposta escrita que revelava que o concelho de Vila Verde tinha instalados setenta e cinco contentores subterrâneos e trezentos e cinquenta contentores de superfície. Assim, existia uma média de um contentor subterrâneo para seiscentos e cinquenta e um habitantes. Mesmo assim, o lixo era ainda recolhido porta a porta. Existia uma capacidade instalada de dez litros e meio por dia, sendo a produção média por dia, por habitante, de dezasseis gramas, havendo, pois, colocações de lixo fora de horas. No Regulamento Municipal, o Deputado Municipal podia consultar as condições de deposição do lixo doméstico indiferenciado/orgânico e para reciclagem, nomeadamente que, quando um contentor estava cheio, as pessoas tinham que se deslocar a um outro para fazer a deposição do lixo. Estava também definido o capítulo da responsabilidade e esclarecia o que era lixo doméstico indiferenciado e o que eram resíduos para reciclagem. No próximo ano, através da Braval, que era a empresa responsável por esse processo, iam ser instalados ainda mais contentores para lixo reciclável, quer enterrados quer de superfície, tanto mais que havia metas a cumprir para ir ao encontro dos rácios impostos pela União Europeia. A percentagem de lixo reciclável que continuava a ser recolhida como lixo doméstico ainda se cifrava entre cinquenta e sessenta por cento. Reduzir esta percentagem era o trabalho que se impunha fazer, de modo a beneficiar o Município em termos económicos e ambientais. O mesmo edil asseverou que era sempre elaborado um plano de reforço do serviço para fazer face aos picos de produção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

de lixo, consubstanciado no aumento do período e do número de recolhas e de contentores, embora fosse certo que também aumentava o lixo recolhido, em certas circunstâncias, no mês de agosto, quase dez vezes mais do que no resto do ano. As pessoas que, nos outros meses, estavam fora, muitas vezes não percebiam como funcionava o sistema de recolha e não cumpriam as regras, situação que reclamava uma maior atuação de informação e sensibilização. Não era, no entanto, admissível que se continuasse a ver cartão depositado em cima dos jardins. Nos últimos quatro anos, a recolha de lixo havia crescido quase quinze por cento ao ano, sendo que os resíduos para reciclagem não estavam a crescer ao mesmo ritmo, devendo-se, por conseguinte, utilizar as redes sociais para a sensibilização ambiental. As demais questões suscitadas e que se prendiam com a Ecorede, já tinham sido respondidas por escrito, mas poderiam ser reenviadas. O Presidente da Câmara expressou a sua compreensão relativamente à revolta patenteada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado, porque ninguém ficava satisfeito quando via a sua terra maltratada. O próprio concelho de Vila Verde havia sido afetado com aquela produção de uma imagem negativa que a nada de dignificante conduzia e que era recorrente em algumas pessoas. Relativamente às questões colocadas em matéria de mobilidade sustentável, o Edil perguntou se alguém no Plenário sabia o que era o PAMUS, esclareceu que se tratava do Plano (de Ação) Mobilidade Urbana Sustentável, que este programa se destinava especificamente a financiar os projetos de mobilidade urbana sustentável, razão porque o mesmo estava a financiar a construção, em curso em Vila Verde, da rede de ciclovias urbanas, que ia também contemplar a Vila de Prado, assim como a mobilidade pedonal, nomeadamente a obra que estava a ser realizada na entrada Norte de Vila Verde e a que ia, em breve, ter início na entrada Sul da sede concelhia. Ainda em Vila Verde, além da ciclovia, ia ser criada uma rede de passadeiras/travessias elevadas que iam melhorar a circulação das pessoas com mobilidade condicionada, tal como a segurança rodoviária. Estavam também a ser construídos passeios na vila de Prado e em Cervães, assim como uma ligação entre Vila Verde e a Lage, que ia ficar com passeio em toda a sua extensão. Estava-se, pois, perante um projeto estruturado de desenvolvimento das condições de mobilidade em todo o concelho. Estava ainda para breve o início da instalação de passadeiras elevadas junto aos estabelecimentos de ensino e em algumas zonas em que o trânsito atingia maiores velocidades, nas estradas municipais, num total de mais de quatro dezenas de passadeiras potenciadoras da segurança rodoviária. Mais garantiu que estava já prevista a transferência do mercado junto à antiga Adega para o recinto da feira (solução que ainda não tinha avançado em virtude da realização da Festa das Colheitas) até à conclusão da obra na adega que ia ter um espaço próprio para comercialização de produtos locais. Corroborou a análise feita por Susana Silva no tocante à apologia da solidez financeira do município, situação confirmada no âmbito do empréstimo do BEI, já aprovado, pelas ímpares propostas de baixas taxas de juros. Afiançou que nunca encomendara discursos a ninguém e que o Edil da Vila de Prado e Susana Silva sabiam bem do que falavam. Do mesmo modo reparou que já na última sessão do Plenário tinha havido uma intervenção no período destinado ao público a denunciar aquilo que estava mal na Vila de Prado, nomeadamente rotundas por limpar, quando a mesma cidadã era proprietária de um loteamento com silvados por debelar.----
----Martinho Gonçalves exortou o Presidente da Mesa a colocar a mão na consciência, porquanto quando alguém do PS, na sua intervenção, saía um pouco da ordem, na ótica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

do Presidente desta Assembleia, era de imediato criticado pelo mesmo, mas, nesta sessão, tinha assistido a um discurso miserável feito por um Presidente de Junta que não dignificava a sua terra, que tinha proferido ataques pessoais e o Presidente da Mesa havia permanecido calado. O Presidente da Câmara quase não respondera ao que lhe tinha sido perguntado e fizera política de baixo nível, culminando com o ataque a uma senhora do público que não estava presente. Mais considerou que o Presidente da Mesa não estava a prestar um bom serviço à democracia, estando antes a fazer um frete ao Presidente da Câmara e ao seu partido, o que não era digno. -----

-----O Presidente da Mesa manifestou a sua discordância com as palavras proferidas por Martinho Gonçalves, asseverando que, ao invés, tinha carreado para os serviços um equilíbrio que reputava de sensato, havia notado que a matéria da intervenção do Presidente da Junta da Vila de Prado não era suscetível de ser discutida em sede de Plenário, manifestando, assim, a sua discordância a esse nível. Ademais, excecionalmente, fora do quadro regimental, tinha dado oportunidade ao vereador do PS de fazer a defesa da sua honra. Como tal, entendia que estava a fazer o trabalho para o qual havia sido eleito pelo povo. -----

-----Susana Silva interveio para reiterar que, uma vez mais, a postura da bancada do PSD era cento e oitenta graus diferente da do PS e para reforçar o apoio do PSD à forma digna e cem por cento democrática como o Presidente da Mesa tinha vindo a conduzir os trabalhos do Plenário, sendo certo que jamais poderia ser acusado de parcialidade ou de adotar atitudes antidemocráticas. -----

-----Samuel Estrada solicitou ao Presidente da Mesa que recomendasse ao Presidente da Mesa para responder efetivamente e não apenas aparentemente às questões que lhe eram formuladas e sustentou que o Edil não lhe respondeu às seis questões que colocou, tendo-lhe apenas respondido a uma das questões, por escrito, e apenas parcialmente, conforme tivera o cuidado de referir na sua anterior intervenção. A resposta do Edil à sua interpelação de vinte e seis de fevereiro havia ficado a meio, nomeadamente no que tocava ao licenciamento do pavilhão, na qual esclarecia que não estava licenciado e que tinha havido processo contraordenacional, perguntando Samuel Estrada se este mesmo processo estava concluído, com que resultados e se continuava a laborar sem licença. Quis ainda saber se havia conclusões atinentes à poluição detetada. Questionou se, além das escolas, também tinha sido feita campanha de sensibilização nas freguesias e se havia sido consumido o valor para o efeito previsto no contrato, para a entidade adjudicatária. Mais considerou que o Presidente da Câmara não tinha respondido se os contentores tinham sido aplicados no prazo. Tinha ainda ficado evidente que não só não se fazia campanhas de sensibilização como se fazia campanhas ilusórias para confundir as pessoas. -----

-----O Presidente da Câmara sustentou que tinha clarificado todas as questões e que quem estava a procurar confundir era o Deputado Samuel Estrada. Dissera que o Escola + Verde era um programa do Município de Vila Verde suportado pela Ecorede Rede Ambiente que, além de suportar as ações desenvolvidas em todas as escolas e nas freguesias, suportava também outros custos devidamente enquadrados na contratualização efetuada. Quanto às instalações, reiterou que o processo estava a decorrer, com uma ordem de encerramento no terreno, com cento e vinte dias para execução que ainda não haviam decorrido. A questão fulcral, na ótica do mesmo Edil, era poder-se ter mais lixo reciclado e menos lixo doméstico indiferenciado e haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

melhor sistema de recolha. Reiterou que tinha havido reforço do serviço de recolha, no Verão, caso contrário não tinha aumentado a recolha de lixo. A resposta escrita contemplava os contentores e as respetivas referências GPS. A decisão de escrever lixo orgânico destinara-se a evitar confusões, para que as pessoas não colocassem naqueles contentores lixo reciclável. -----

-----No ponto 4.1. - deliberar sobre a adesão do Município de Vila Verde à Associação Nacional de Assembleias Municipais, designada de ANAM, enquanto Associação de Direito Privado, mediante o pagamento da quota de 1.250.00€ (mil duzentos e cinquenta euros), bem como de acordo com o estipulado no artigo 33.º, n.º 1, da alínea O) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designar como representante do Município na ANAM, atendendo aos estatutos ora em vigor, desta Associação de Direito Privado de Municípios, o Presidente da Assembleia Municipal -, o Presidente da Mesa esclareceu este tema havia sido recomendado pela Assembleia Municipal ao Executivo no sentido da correspondente deliberação. O Órgão Executivo deliberara a adesão e colocara a mesma à apreciação do Plenário e respetiva votação. Entretanto, neste dia, o Presidente da Mesa havia rececionado um parecer emitido pelo Tribunal de Contas junto do Município de Boticas, no qual entendia que a adesão a esta Associação devia ser documentalmente demonstrada, por parte do Executivo, devendo a mesma ser precedida de estudos técnicos, nomeadamente plano de projeto, na ótica de investimento, exploração e financiamento, demonstrando a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira da Associação. Assim sendo, o Presidente da Mesa manifestou o entendimento de que este ponto não devia ir a votação e propôs que fosse votada a retirada do mesmo da ordem de trabalhos, com carácter suspensivo, no sentido de, numa próxima sessão, caso o assunto fosse devidamente esclarecido, o mesmo vir a ser, ou não, votado. Mais esclareceu que a maioria dos municípios portugueses tinha aderido a esta Associação, tendo já, por conseguinte, ultrapassado esta fase de controlo técnico.

-----Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos, por unanimidade, com carácter suspensivo, em face do parecer do Tribunal de Contas, fundamentado no processo 2189/2018, nos termos e para os efeitos da alínea e) do artigo trigésimo da Lei número 75/2013. -----

-----No ponto 4.2. - deliberar sobre proposta da Câmara cujo conteúdo se refere à nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas -, Pedro Gonçalves, do PS, invocou a falta de transparência, por parte do Executivo Municipal, para justificar o voto contra do seu partido. Referindo-se à afirmação do Presidente de Câmara, segundo a qual toda a documentação deste processo se encontrava presente na reunião de Câmara e a mesma havia sido entregue aos deputados municipais, considerou que, da análise da mesma documentação, não ficava explícito o prazo de execução do contrato em apreço, circunstância que influenciava tudo o resto. Não haveria caderno de encargos, porquanto o mesmo não tinha sido fornecido aos deputados, e Pedro Gonçalves quis saber a razão da tomada de deliberação neste momento, uma vez que, nos dois últimos mandatos, este assunto não tinha vindo a Plenário, apesar da Lei o estipular. Quis também saber se existia insatisfação relativamente ao trabalho que tinha vindo a ser realizado e qual o motivo da entidade que, há cerca de dez anos, realizava este trabalho não ter sido convidada para o concurso em apreço. Questionou também se o facto do Dr. António Fernandes ter passado a prestar serviço a outra entidade havia tido alguma relevância nesta decisão e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

em caso afirmativo, porque razão não tinha havido outro critério, no concurso, para além da proposta economicamente mais vantajosa. O preço base do concurso era de cinquenta e quatro mil euros. A entidade ganhadora apresentara uma proposta de quarenta e três mil e duzentos euros. O mesmo orador aludiu a dois contratos celebrados por concelhos limítrofes, um dos quais Amares, que havia adquirido os mesmos serviços à mesma empresa por nove mil e quinhentos euros anuais. Guimarães tinha adquirido os mesmos serviços, por três anos, por vinte e nove mil quinhentos e quarenta euros. Quis saber onde estavam as faturas destes últimos anos, tal como havia sido peticionado em sede de reunião camarária, onde estava a demonstração de que era necessário ter um preço base de cinquenta e quatro mil euros. O voto do PS ficava, assim, dependente destas informações agora solicitadas. -----

-----António Barbosa, do PSD, referiu que o PS, em sede de Executivo Municipal, havia votado contra a proposta em apreciação, alegando existir falta de lisura na mesma e na nomeação. Parecia-lhe que todo o processo havia corrido dentro dos trâmites legais, porquanto a Lei dos concursos públicos remetia para um procedimento que tinha sido observado. Tinha havido um estudo, uma pesquisa em todas as empresas de conhecido valor na área da contabilidade, no mercado onde as mesmas se movimentavam; prestavam serviços a outras câmaras municipais e tinham uma reputação profissional recomendável. Como decorria da Lei, a Câmara havia optado pela proposta com o valor economicamente mais vantajoso. Se esta atitude era criticável, podia-se então questionar o que era uma boa gestão financeira. Devia, antes, louvar-se esta posição geradora de economia de recursos do Município. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal asseverou que tinham sido respeitadas todas as regras da contratação pública. Esclareceu que havia duas formas de fazer este procedimento. Abrir ao mercado e optar pelo preço mais baixo, correndo o risco de entregar o serviço e um gabinete sem experiência no trabalho com autarquias, ou optar por selecionar, como foi o caso, três empresas já habituadas a laborar com autarquias. Os preços eram incomparáveis com qualquer município, dependendo sempre daquilo que se exigia do trabalho do revisor Oficial de Contas, sendo que o município, além da certificação de contas, pretendia ainda um acompanhamento das mesmas. Os relatórios que chegavam ao plenário eram também acompanhados pelo ROC, conferindo, assim, maiores garantias. Ademais, cada profissional liberal, como era consabido, tinha o seu preço, em função até do trabalho que realizava. Ademais, uma regra, no código, dizia que os trabalhos específicos podiam ser contratados sem qualquer procedimento, facultando, assim, a possibilidade de escolher a entidade mais preparada para realizar o trabalho em causa. A sociedade que anteriormente realizava o trabalho não tinha sido contactada porque nenhum dos ROC atualmente ao serviço da mesma trabalhava com câmaras municipais. Mais esclareceu que tinha a ideia que o contrato em questão seria trienal. -----

-----O ponto 4.2. foi aprovado por maioria, com cinquenta e um votos a favor, onze votos contra e uma abstenção. -----

-----No ponto 4.3. - discutir e votar proposta da Câmara relacionada com a alteração do Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Igreja Matriz de Vila Verde -, João Silva, do PS, depois de enunciar os objetivos e finalidades dos planos de pormenor, em matéria de ocupação e de organização dos espaços coletivos, referiu que a obra da ciclovia urbana era criticada, no exterior, por se encontrar num traçado que não era o melhor, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

apelou a que a Câmara procedesse a algumas alterações, pois a mesma, nestes moldes, não fazia qualquer sentido no urbanismo do concelho. Perguntou como era possível estar-se a aprovar uma alteração junto à Igreja Matriz sem que a mesma constasse do Plano de Pormenor de Vila Verde. -----

-----António Barbosa conveyiu que esta alteração ao Plano de Pormenor visava uma zona com uma certa dinâmica física e social, estando subjacente a criação de uma estrutura ou bem coletivo reclamado pelos Vilaverdenses há vários anos. Ao contrário da maioria das freguesias, Vila Verde não tinha uma casa mortuária. Por outro lado, os planos de pormenor não deviam ser encarados como algo estático, tanto mais que a sociedade exigia alguma dinâmica e a modernidade era inevitável, tendo que se tomar decisões em prol dos cidadãos. Ia ainda haver uma reorganização na zona de estacionamento da rua Luís Vaz de Camões. O mesmo orador elogiou o esforço estoico do Presidente da Mesa na gestão das sessões do Plenário, procurando pôr a ordem possível em face de comportamentos mais exaltados. Exortou a que todos tivessem um comportamento de modo a facilitar o trabalho do Presidente da Mesa que estava, como todos os membros do Plenário, a prestar um serviço público e devia ser respeitado. -----

-----O ponto 4.3. foi aprovado por unanimidade. -----

-----Martinho Gonçalves, em declaração de voto, referiu que o PS votara este ponto favoravelmente, porque não tinha nenhuma objeção relativamente a este assunto, tinham apenas tido o cuidado de alertar para uma situação que lhe parecia ser violadora da Lei, com base num parecer da Comissão Coordenadora da Região Centro que dizia que o desenho urbano, exprimindo a definição de espaços públicos, incluindo os espaços de circulação viária e pedonal e de estacionamento, bem como o respetivo tratamento, localização de equipamentos e zonas verdes, alinhamentos, implantações, modelação de terreno e distribuição volumétrica. Tudo isto tinha que estar no Plano de Pormenor. Por este parecer e por outros, a implantação da ciclovia estaria a violar este Plano que estava agora a ser aprovado. -----

-----O Presidente da Mesa reparou que se tratava de um parecer e não de uma norma vinculativa ao ponto e à questão técnica. -----

-----O ponto 4.4. – discutir e votar a terceira revisão ao Orçamento 2018 – foi aprovado por maioria, com sessenta e um votos a favor, zero votos contra e duas abstenções. -----

-----No ponto 5.- apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira – não se registou qualquer pedido de intervenção. -----

-----No ponto 6. - período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias -, o Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado interveio para sublinhar que não precisava de encomendar textos a ninguém, havia-se licenciado há mais de trinta anos e tinha capacidade de trabalho para escrever aquilo que lhe ia na cabeça. Tinha também direito às suas opiniões e, em cerca de um ano de Presidente de Junta eleito, nunca tinha ofendido ninguém, assim como não admitia que o ofendessem fosse no Plenário, fosse no *facebook*, nos jornais ou onde quer que fosse. Dirigiu-se ao vereador José Morais para lhe dizer que ele o conhecia há muitos anos e sabia que tinha capacidade para o escrever o texto, razão pela qual não o encomendara, do mesmo modo que não tinha encontrado oposição dentro da sua bancada para expor os seus pontos de vista. Quanto a desqualificar a sua freguesia, era uma opinião, da mesma forma que podia dizer que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Dr. Martinho Gonçalves, quase sempre que vinha àquele ambão, desqualificava a sua bancada. Aduziu que, na Vila de Prado, na rua Jorge Antunes, tinham uma árvore seca e se alguém quisesse podia ir lá visitá-la e opinar se, de facto, a Freguesia podia mandar cortá-la ou se tinha que pedir parecer a um engenheiro ou doutor. Asseverou que não procurava palco, estava ali, não a defender a sua honra, que era intocável, mas na sua humildade e não a puxar constantemente os galões do que fez ou deixou de fazer. Vinha com a intenção de pedir ao Dr. Martinho para utilizar os seus bons ofícios junto do seu amigo Diretor das Infraestruturas de Portugal, para autorizar a realização de uma poda em árvores propriedade desta entidade pública, mas agora já não o ia fazer. -----

Martinho Gonçalves interveio, em defesa da honra, para dizer ao Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado que não o conhecia, que tinha outros objetivos para ele, mas era uma desilusão. Aduziu que não falava para o Edil da Vila de Prado, mas fazia-o para os Pradenses que o conheciam bem. Com este ataque pessoal, o mesmo Edil estava a ofender todos os Pradenses que tinham sentido na pele o contributo de Martinho Gonçalves para melhorar a Vila de Prado. Toda a gente no concelho o sabia, menos o Presidente da Junta da Vila de Prado, o que era lamentável e não era correto, tendo, com este ataque, prestado um mau serviço à Vila de Prado. Gostava muito da Vila de Prado e os Pradenses sabiam-no e recebiam-no sempre bem. -----

-----O Presidente da Mesa lançou um apelo generalizado a que cessassem os ataques pessoais e se priorizassem os assuntos que verdadeiramente interessavam aos Vilaverdenses. -----

-----No ponto 7.- período de intervenção aberto ao público – o cidadão José Luís de Barros Alves começou por solicitar a mudança da ordem de trabalhos no sentido de ser concedida primazia à participação democrática dos cidadãos, pois estes apenas recorriam a este órgão por motivos de necessidade. Em seguida, referiu que a sua intervenção visava dar conhecimento de que a Uniforme Público era autora de uma/um «iniciativa/proposta/projeto/plano/programa (IPPPP), o PPP – pede pensem e pesem desafios, alicerçado nas disposições legais, dados e factos». Este projeto era estratégico para o país, dava maior identidade aos agrupamentos, gerando economia melhorada. primava pela interligação e/ou interação de valorização e/ou vantagens aumentadas entre o sistema educativo e a produção industrial/interna nacional, ao implementar agrupamentos de escolas personalizados, maior equidade e igualdade, dando maior identidade aos agrupamentos, gerando economia melhorada, melhor educação com mais coesão, unidade, inclusão e êxito. O seu produto destinava-se a alunos, introduzindo o novo conceito “todos iguais e diferentes” ao desenvolver métodos e serviços uniformes, de uma forma eficaz e realista, promovendo a produção portuguesa no sistema educativo nacional. A Uniforme Público era simples, sendo de sublinhar, na atividade da mesma, a dinamização da produção de vestuário e calçado produzidos, em Portugal e em parcerias com unidades produtivas e/ou comerciais locais e o mais próximas dos estabelecimentos de ensino. Este processo começara no final de dois mil e treze e início de dois mil e catorze, ao empreender, inovar, contribuir e concretizar num procedimento administrativo legitimativo, ao dar conhecimento, solicitar garantia de autoria e apoio institucional para a divulgação e implementação do projeto com contributo de todos, para um Portugal melhor. Mais referiu que o Presidente da Câmara e a Vereadora do pelouro da Educação tinham conhecimento deste projeto, mas todo o Órgão Executivo estava omissa, apesar de estar ao serviço do interesse público. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----O Presidente da Mesa revelou que o texto desta intervenção ia ser encaminhado para o Executivo Municipal para que este utilizasse o teor do mesmo para os fins que entendesse. -----

-----O cidadão José Antunes questionou o Presidente da Câmara sobre o prazo previsto para o término das obras na Escola de Esqueiros e justificou esta interpelação invocando três telefonemas que tinha recebido de três mães cujas filhas tinham que utilizar as casas de banho dos meninos e que se haviam mostrado descontentes com esta situação. Há cerca de um ano, o Presidente da Câmara tinha-lhe garantido que as obras iam acabar em breve.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal considerou que o facto de estarem em curso obras de construção do novo edifício escolar de Esqueiros era sintomático da atenção que continuava a ser dada à educação. Revelou que tinha sido necessário demolir uma parte da escola antiga para proceder a uma ampliação daquele estabelecimento de ensino. Durante este período tinham sido acauteladas instalações sanitárias para as crianças. Mais referiu que não lhe podia ter feito aquela garantia, porquanto a obra tinha iniciado há um ano. A obra estava a ser realizada por administração direta, estando a ser feitos esforços para que a mesma ficasse concluída antes do término do primeiro trimestre de dois mil e dezanove. -----

-----A minuta da ata da reunião de catorze de dezembro de novembro de dois mil e dezoito foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e três, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudessem, assim, produzir efeitos imediatos. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou presente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.--

-----Paços do Concelho de Vila Verde, em catorze de dezembro de dois mil e dezoito. --

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário
